

09 a 13 de junho de 2008 - Nº 49

O Parlamento e a Amazônia Legal: a região dos superlativos

A Amazônia Legal, termo utilizado, desde a edição da Lei nº 1.806, de 1953, corresponde a uma superfície de mais de 5,2 milhões de km². Isso corresponde a mais de 60% do território brasileiro e abrange a integralidade de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte de Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, possuindo cerca de 12% da população do País.

Na principal reserva de água doce do planeta, estão 1/3 das florestas da Terra. São mais de 200 espécies diferentes de árvores por hectare, a maior diversidade biológica do planeta, com mais de 1.400 tipos de peixes, 1.300 de aves e 300 de mamíferos. Só a Amazônia brasileira é sete vezes maior que a França e corresponde a 32 países da Europa Oriental. Ela ocupa, ainda, uma posição geopolítica privilegiada, com saída para o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico.

Também são superlativos os problemas que afetam essa região, entre eles destacam-se vários tipos de conflitos. Há as questões da demarcação das terras indígenas, os movimentos de sem terra e atingidos por barragens, além de questões típicas de regiões de fronteiras, como narcotráfico e descaminho. Outras problemáticas que afetam diretamente o meio ambiente encontram-se presentes na Amazônia, como a biopirataria, a extração não controlada de madeira e os garimpos ilegais.

A forma de o Brasil lidar com todas essas questões, por vezes, provoca reações mundiais, especialmente de nações que não possuem a abundância de recursos das nossas fauna e flora que já destruíram as suas próprias florestas e aniquilaram as

populações indígenas que estavam em seus territórios. Outro desafio, portanto, é mudar o convencimento da opinião pública internacional, de que o Brasil não é capaz de gerir esse grande e rico território verde. Nunca é demais lembrar: a Amazônia não é uma nação amiga; ela é parte de nosso País.

Lá, são sendo guarnecidas as fronteiras norte do País; mais de 11.000 de km² estão na responsabilidade de 25.000 militares. A maior parte dessa fronteira encontra-se em áreas demarcadas ou em fase de estudo para demarcação, o que torna ainda mais relevante a discussão em torno das questões indígenas. A polêmica sobre a reserva Raposa Serra do Sol trouxe à arena nacional o debate que, localmente, já ocorria. Envolvem-se temas como direitos das minorias, aculturação dos índios e responsabilidade do Estado para com os indígenas, do ponto de vista tanto da cidadania quanto da soberania nacional.

Um banco de dados, gerenciado pelo IBGE, auxiliará na formulação das políticas públicas para a região, até então carente da presença do Estado. Segundo as informações já disponibilizadas, em torno de 15% da área total da região já sofreu modificação pela ação do ser humano.

O Senado Federal tem realizado uma profícua discussão, que inclui mais de 30 iniciativas acerca da questão indígena e 170 matérias a respeito do meio ambiente, para regular esses candentes temas. Não negligenciar a Amazônia e ressaltar as suas prerrogativas e demandas é atribuição do Senado, que, como foro da representação federativa, é também responsável pela conservação do nosso rico e variado meio-ambiente, 100% brasileiro.